

---

*Aniquilação, fragmentação, diluição e opacidade na constituição e patrimonialização dos acervos: o caso dos editores e livreiros*

## **Um ecossistema desfavorável à perpetuação documental**

*Aniquilação, fragmentação, diluição e opacidade na constituição e patrimonialização dos acervos: o caso dos editores e livreiros*

**Nuno Medeiros**

---



**Edição electrónica**

URL: <https://journals.openedition.org/cultura/5473>

DOI: 10.4000/cultura.5473

ISSN: 2183-2021

**Editora**

CHAM – Centro de Humanidades

**Edição impressa**

Data de publicação: 31 dezembro 2019

Paginação: 59-69

ISSN: 0870-4546

**Refêrencia eletrónica**

Nuno Medeiros, «Um ecossistema desfavorável à perpetuação documental», *Cultura* [Online], vol. 38 | 2019, posto online no dia 02 julho 2021, consultado o 25 julho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/cultura/5473> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.5473>

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 25 julho 2021.



*Cultura* is licensed under a Creative Commons Atribuição 4.0 International.

---

*Aniquilação, fragmentação, diluição e opacidade na constituição e patrimonialização dos acervos: o caso dos editores e livreiros*

## Um ecossistema desfavorável à perpetuação documental

*Aniquilação, fragmentação, diluição e opacidade na constituição e patrimonialização dos acervos: o caso dos editores e livreiros*

**Nuno Medeiros**

---

- 1 No quadro de uma reflexão sobre o património decorrente da actividade cultural associada à elaboração e formulação da cultura escrita, sobretudo da que é tornada pública e que encontra nessa publicitação a sua razão de ser, os agentes profissionais ligados à produção e disseminação do impresso – e, cada vez mais, do impresso digital – surgem como objecto eles próprios de conhecimento. Entre tais agentes emergem os editores e livreiros como actores centrais na mediação e prescrição da interpretação social do mundo expressa no livro, tornados – e às editoras e livrarias que edificaram – personagens imprescindíveis na decifração dos processos constitutivos da cultura impressa ou tipográfica<sup>1</sup> e do seu papel enunciativo na modernidade (Lane 1980; Chartier 1991; Leblanc 1998; Miller 2006; Thompson 2010; Medeiros 2012; 2015).
- 2 O intuito de explorar as formas como essa cultura veiculada pelo livro é elaborada e reelaborada, isto é, o propósito de estudar o livro e conhecer os processos que conduzem à sua existência e circulação, tem enfrentado obstáculos empíricos de transposição difícil e mesmo impossível, traduzidos frequentemente em barreiras no acesso tanto a dados estatísticos como a fontes documentais, bibliográficas e memorabilia (podendo, dentro desta última categoria, proceder-se à enumeração de objectos e elementos de forte potencial heurístico como *placards* publicitários, estantes, mobiliário diverso, pedras litográficas, máquinas e até conjuntos arquitectónicos). Quanto ao contacto com – e consulta a – acervos documentais, não é difícil encontrar exemplos que ilustrem limitações e mesmo impossibilidades de acesso colocados por alguns detentores dos materiais arquivísticos a quem procure pesquisar. Essas dificuldades e carências, facilmente aferíveis através de uma imersão no terreno (incluindo testemunhos dos próprios livreiros e editores), referem-se tanto à pouca

inclinação de muitos editores e livreiros em abrir à investigação os seus arquivos históricos (aqui brevemente definidos como os espólios documentais sem uso corrente) como essencialmente ao estado de abandono, dispersão ou simples inexistência de espólios e acervos de organizações editoriais e livreiras que possibilitem empiricamente estudos concretos e análises comparativas. Interessa neste artigo, por isso, indagar os processos subjacentes à realidade que permite aos documentos ou às peças perdurarem fisicamente, de maneira a suportarem operações posteriores de geração de conhecimento, impossível de outro modo (Coles 1989; Millar 2009; Brunetti 2011; Mollier 2016). Se as tecnologias de documentação na sua filosofia e na sua *praxis* remetem para preocupações de estabilidade química do que está preservado, aqui importa levantar questões em torno das circunstâncias que podem potenciar ou prejudicar, quando não impedir, a própria existência de materiais.

- 3 Não é demais recordar que se verifica uma pléiade de factores que contribuem para a destruição e dissipação arquivísticas (Mariani 1995). Numa análise que aspire a ultrapassar o patamar de uma certa compulsão de culpabilização imediata, sobrevém à observação menos rápida um feixe de obstáculos cuja transposição se encontra fortemente dependente das características ligadas às formas e contextos específicos em que as actividades que deixam lastro documental se exercem. Em termos históricos, não era raro que o registo e o acervo possuíssem um jaez casual, com os arquivos eventualmente constituídos a não terem à partida salvaguarda, dado o predomínio de uma actividade assente por vezes numa única pessoa ou tributária exclusiva da decisão de somente um indivíduo. Por outro lado, a efemeridade é amplamente devedora da despesa inerente à conservação, incomportável para muitas entidades para as quais um certo tipo de documento possa ter esgotado a sua função de registo necessário, remetendo esta tensão para o carácter imediato ou diferido do uso de um arquivo (Tortorelli 1995).
- 4 É útil igualmente lembrar as dificuldades enfrentadas no exercício da gestão de documentos de diverso jaez e dimensão num quadro geral de “crescimento exponencial da produção documental e do estrangulamento das operações de controlo dessa massa documental, em acumulação permanente” (Garcia 1997, 149). A realidade de um incremento de geração documental sem freio, ligado a processos políticos e sociais de burocratização e formalização das sociedades modernas e contemporâneas, desembocou já no século XX na emergência do conceito de ciclo de vida documental como resposta à proliferação e ao risco de entropia nela envolvido. De acordo com este conceito, os documentos possuem um trajecto cujas fases correspondem a vários momentos da vida de um documento. O primeiro momento corresponderia à organização, manutenção e uso activos dos documentos produzidos por uma entidade. O segundo momento significaria o armazenamento documental por um período posterior, frequentemente ditado por lei ou por necessidade comercial ou institucional. O último momento referir-se-ia à opção entre a incorporação num arquivo histórico ou a destruição dos documentos. A conservação passa a ser definida pela escolha dos documentos que sobrevivem e pelos critérios da mesma. Como noutras entidades e instituições, mesmo quando existe um arquivo histórico produzido pela actividade de conservação de uma casa editora, a sua subsistência não se funda necessariamente em critérios e aspirações de preservação de timbre patrimonialista, até porque o eixo de valorização tende a passar pela instância autoral, o que se traduz frequentemente na prestação de maior atenção conservadora a documentos relativos à relação com os escritores, elevados à condição de personagens dominantes, em detrimento de muitas

peças consideradas menores ou até desprovidas de validade no seu eventual contributo para a narrativa do percurso de uma empresa editorial e do trajecto biográfico do seu ou dos seus editores.

- 5 Como se viu, não é só ao campo editorial que se devem assacar responsabilidades pela desvalorização da manutenção de um arquivo, que implica espaço, esforço logístico e de armazenamento, condições materiais e laborais e ainda vontade para persistir numa acção cuja duração pode ser de muitas décadas, atravessando mandatos de gestão e até proprietários. Há toda uma paisagem social que não concorre para essa valorização, assimilando o papel de agentes como o editor a sujeitos cuja razão é venal e exclusivamente justificada pela função de produção material do objecto livro, pelo menos quando contraposto o papel da edição de um livro ao da sua escrita. Se dúvidas remanescerem, proceda-se a um inquérito de formulação simples, suscitando-se uma série de perguntas relativas à situação portuguesa. Quantos espólios documentais de escritores estão depositados em instituições cuja custódia garante a sua unidade, preservação, disponibilização e estudo? E quantos espólios de editores estarão em circunstâncias semelhantes? Os motivos para o cenário de ampla desolação na prática de patrimonialização dos arquivos editoriais e livreiros são, então, vários, e nem todos decorrentes da actividade dos próprios editores e livreiros.
- 6 A panorâmica dos espólios destes dois relevantes agentes de construção e circulação da cultura impressa, o editor e o livreiro, apresenta-se, então, em Portugal com muitas fragilidades. O cenário é desolador, decorrendo evidentemente de um conjunto de factores internos ao próprio campo, decorrentes das práticas e representações dos indivíduos que corporizam a actividade, mas também externos ao sector, de natureza institucional. Um número não despreciando destes factores é de natureza mais geral e surge alinhado com o que acontece genericamente com os acervos empresariais (Mendes 2001-2002), nomeadamente os editoriais e livreiros, noutras realidades nacionais, dada a pouca apetência dos guardiães da cultura escrita em guardar os seus arquivos e objectos ou em torná-los acessíveis (Darnton 1983; Tebbel 1987; Raven 2007). Uma outra série de causas explicativas deste ecossistema muito pouco propício à perpetuação da vida material de documentos e peças refere-se a atributos mais locais, sentindo-se o seu efeito com particular intensidade na realidade portuguesa, traduzindo-se na ausência de espaços e tradições institucionais de preservação e de estudo deste tipo de materiais relativos a este tipo de actividade (Medeiros 2013; 2018).
- 7 A situação portuguesa não é, por enquanto, comparável ao que se vem fazendo noutros países, mesmo se contraposta à situação brasileira, que neste aspecto estará a entrar num patamar de maior fôlego. Apesar de um conjunto de avanços significativos recentes (Cameira 2018; Medeiros 2018), os estudos sobre fundos editoriais contemporâneos ainda não existem entre nós de modo sedimentado. Não obstante os avanços bibliográficos dos últimos anos, o século XX português na edição é muito pouco conhecido, existindo até ao momento muito poucas análises de fundo efectuadas a partir de espólios (Melo 2015; Medeiros 2018). Os trabalhos têm sido esparsos e objecto de preocupação pouco concertada. No que se reporta aos arquivos de editores, e à sua elevação institucional a património reconhecido que urge salvar e organizar, oferecendo a possibilidade de acesso à comunidade, o cenário é ainda mais sombrio, sendo este um dos maiores obstáculos ao conhecimento em profundidade sobre a realidade cultural portuguesa nas dimensões tipográficas e de circulação do livro impresso (Melo 2012; 2013; Medeiros e Melo 2013). Não é demais salientar, quase como

um mantra académico, a evidente relação que entrelaça o avanço e o aprofundamento da pesquisa em torno do conhecimento sociológico, historiográfico ou antropológico do campo do livro com o desenvolvimento institucional de estruturas e o aparecimento de vontades para a conservação e disponibilização do património documental e não documental dos editores, sobretudo de acervos arquivísticos (Tortorelli 1998; Cesana 2006).

- 8 Como sentenciar Artur Anselmo, não parecemos ser “uma comunidade habituada ao respeito da memória cultural e do património” (Anselmo 1997, 19). Essa circunstância explicaria, no entendimento do autor, “a escassez de documentação primária e secundária. Pensemos em registos notariais e alfandegários que se perderam, pensemos no descaso com que foram tratados os caixotins das tipografias extintas, pensemos na destruição das xilografuras, pensemos na presteza com que se deitaram ao lixo os arquivos dos nossos editores desaparecidos, tudo sacrificado a um pseudo-reformismo de pacotilha” (Anselmo 1997, 19). Não foram concretizadas até agora estruturas que funcionem e que tenham capacidade de acolhimento e tratamento documental que se disponham a recolher, conservar e disponibilizar os arquivos históricos de empresas do livro (sejam editoras, livrarias, distribuidoras ou mesmo tipografias e gráficas). A sensibilidade de instituições ou individualidades com potencial mecenático de apoio financeiro, logístico ou até imobiliário ainda é parca, bastante parca, para não dizer menos, e não existem canais e formas consolidadas ou sequer estabelecidas para que os detentores de espólios e arquivos possam gerar uma cooperação activa: financeira, logística, de conhecimento e experiência, de recursos humanos, disseminadora e divulgadora. As universidades não parecem estar globalmente disponíveis nem ter capacidade de depósito e tratamento. A Biblioteca Nacional de Portugal e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo não se afiguram ainda como soluções assumidas através de uma política coerente de acolhimento perfilhada pela tutela. Não espanta, por isso, que, “quando uma editora (ou uma livraria antiga, ou um alfarrabista, ou...) fecha portas [...], fica em perigo o seu rico arquivo: por espartilho entre vários donos (perdendo a sua coerência), por falta de condições adequadas de preservação da documentação, por interdição do seu acesso público (mesmo que condicionado)” (Melo 2012, 180).
- 9 Não é que se possa afirmar que os editores e livreiros não se preocupem com a memória. Existe efectivamente, sobretudo internacionalmente, uma profusão de livros sobre editores e casas editoriais e até livrarias patrocinados e promovidos pelos próprios ou por descendentes seus. Acontece que uma parte significativa destas publicações é de carácter auto-elogioso ou ego-histórico (Mollier 1996), constituindo sobretudo um depósito muito interessante sobre as dimensões de composição de memória e de auto-representação dos livreiros e editores, e não tanto uma fonte passível de ser tomada como única e fiável em si mesma. Dir-se-ia que esse lastro de trabalhos editados corresponde frequentemente mais a obras dos editores do que a obras sobre os editores (ou livreiros, quando é esse o caso).
- 10 Saliente-se que o assunto é complexo e irredutível à atribuição de culpa ou à responsabilização automática deste ou daquele actor institucional ou empresarial específico ou tomado na sua generalidade. A constituição e a manutenção de colecções documentais, por vezes de dimensão considerável, são portadoras em si mesmas de desafios, dificuldades e inclusive riscos para as organizações e para as pessoas a quem esses conjuntos de documentação pertencem, ou seja, aos produtores e proprietários dos acervos.

- 11 Surge neste quadro de dificuldades um paradoxo que potencialmente pode conduzir a um crescente e sério embaraço no estudo actual e futuro da actividade editorial nos últimos 40 a 50 anos. Isto é, o mesmo meio século que testemunha a explosão informativa e a multiplicação de fontes passíveis de fornecer dados da mais variada natureza é simultaneamente o período em que o registo em papel de cartas, recados, anotações ou telegramas cede aceleradamente lugar ao telefonema (insusceptível de produzir registo), primeiro, e às comunicações de base digital, depois, transformando-se a forma de se fazer o negócio editorial, que tende a deixar rasto documental diferente e frequentemente menor. David Finkelstein, Sarah Bromage e Alistair McCleery detectam com clareza esta alteração relativamente ao sector editorial escocês: “Ao mesmo tempo que existem em diversos arquivos por toda a Escócia depósitos relevantes de documentos e material impresso relativos ao sector em períodos anteriores, verificam-se grandes lacunas no conhecimento da actividade no século XX” (2002, 193).
- 12 Emerge deste leque de desafios, dificuldades, riscos e paradoxos uma nova sucessão de perguntas resultantes dos próprios processos quotidianos de constituição de agregados documentais quando se pensa em arquivos editoriais (e, por extensão, livreiros), especialmente num contexto de desmaterialização crescente das trocas de comunicação e de presença cada vez maior de processos informáticos na produção de documentos (Olschki 1995; Medeiros 2013). Com a quantidade de correspondência recebida e documentação produzida, o que se preserva no arquivo e o que se destrói? E o que é insusceptível de constar de um arquivo, como os telefonemas a tornarem-se a regra, substituindo o intercâmbio epistolar anterior, pelo menos até ao advento da correspondência electrónica? Ou seja, como desenhar e preencher um arquivo histórico? Como escolher a documentação de “mérito”, que se deve guardar, e aquela destinada à efemeridade? Estas perguntas sinalizam problemas na relação da memória com a definição de identidade. Com efeito, o arquivo não corresponde a um agregado inerte de documentos, mas consoma-se “como um espaço social”, construído como um facto “produzido pela ação humana e definido a partir das práticas e dos interesses específicos daqueles que podemos chamar de guardiões do arquivo” (Sorá 2015, 17).
- 13 Há, nessa medida, uma problemática do documento como património na sua própria génese, problemática essa derivada das transformações que o papel e o artefacto material de registo sofrem no âmbito da valia que lhes é outorgada e da classificação valorativa que lhes é adscrita ao longo do seu trajecto, trajecto esse que metamorfoseia essa papelada e essa traquitana em elementos simbolicamente apreciados. E essa problemática do trajecto documental até à potencial aquisição do estatuto patrimonializador reside na impossibilidade de todo o oceano de resíduos de registo da actividade de uma casa editorial ou livreira, ou de uma família de livreiros ou editores, poder ganhar um valor novo atribuído, diverso do valor anterior que cada documento possuía. A problemática do trajecto documental remete de modo óbvio e imediato para a dimensão classificativa e selectiva do acto de manter materiais e elementos arquivísticos, dimensão fundada em processos de hierarquização simbólica e de legitimação de tipos e fontes de informação. As dificuldades de sobrevivência da matéria de memória documental e os riscos da sua rarefacção não são desprezíveis, estando ligados a variáveis administrativas, de gestão e de categorização (logo, de opção) relacionadas com a possibilidade de reconstruir a vida e a estrutura das entidades editoriais e livreiras nos seus processos de trabalho e de prescrição cultural.

- 14 Para além das vicissitudes presentes na constituição e manutenção dos espólios arquivísticos e acervos materiais durante a própria actividade das organizações editoriais e livreiras, coloca-se a questão da sobrevivência desses espólios e acervos a essa actividade, quando as entidades encerram portas ou quando mudam de mãos. Posicionando a análise sob um ângulo internacional, sublinhe-se que as próprias tradições institucionais de salvaguarda, quando existem, não são idênticas, e o assunto tem sido objecto de discussão, tanto no universo anglo-saxónico (especialmente nos Estados Unidos da América, onde é possível encontrar um número já razoável de arquivos históricos de editores, mas muito menos de livreiros, bem depositados essencialmente em universidades e fundações), como em países da Europa continental (avultando casos significativos como o francês IMEC, Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine, ou o italiano Fondazione Arnoldo e Alberto Mondadori) ou mesmo da América Latina, com destaque para algumas experiências brasileiras interessantes e com evidentes possibilidades de expansão (Medeiros 2018), como o Centro de Memória e Pesquisa Histórica da UNIFESP, Universidade Federal de São Paulo (Rodrigues, Miranda e Toledo 2015).
- 15 Por outro lado, e como atrás se sugeriu, a própria natureza da actividade dos livreiros e, sobretudo, dos editores apresentava-se até há algum tempo – e frequentemente ainda se apresenta – como um empecilho ao desejo da compreensão do mundo do livro. As práticas editoriais, orientadas geneticamente para a disseminação do saber nas suas múltiplas emanções, traduzem-se paradoxalmente neste ponto fundamental em limitações objectivas ao conhecimento, tolhido por uma ética fortemente arraigada de segredo como alma do negócio, construindo assim o editor uma imagem de si baseada no faro e nas capacidades quase oraculares de previsão ou de configuração do gosto do público leitor e de descoberta do próximo êxito de vendas ou autor de referência (Medeiros 2009). Daqui resulta uma prática opaca a todos quantos se aventurem a cartografar o universo editorial e livreiro. Refira-se que actualmente, com a proliferação de cursos de formação permanente, graduada e pós-graduada para editores, técnicos de edição e livreiros, o panorama internacional, mas também o português (apesar de todas as suas debilidades e atavismos estruturais), parecem começar a sofrer alterações cada vez mais indisfarçáveis – apesar de incertas nas suas consequências de médio e longo prazo – no sentido de uma certa abertura e transparência quanto a procedimentos e erudição.
- 16 A evidente necessidade de salvaguarda de espólios e da sua transformação em arquivos e depósitos materiais organizados e consultáveis, cujo conteúdo seja disponibilizado ao público, obriga à colocação de questões como a que este artigo procurou muito sucintamente colocar. Trata-se de questões essenciais para a articulação do debate e da reflexão com a prática de defesa e de viabilização de fórmulas de preservação e, portanto, de patrimonialização de agregados documentais preciosos para o conhecimento dos modos como a actividade de publicar e fazer circular o livro contribuiu para as circunstâncias e recortes culturais das sociedades modernas. Reconhecer a complexidade contextual que se coloca à sobrevivência dos registos, perceber a natureza texturada dos seus próprios processos de constituição, entender o potencial discursivo dos materiais como fonte de conhecimento e explorar esse potencial colocando-o ao serviço não só do saber e da pesquisa, mas também da possibilidade e viabilidade da defesa e protecção desses agregados de informação vital e

irrepetível, são dimensões de uma agenda necessária e de que aqui se procurou dar nota panorâmica.

---

## BIBLIOGRAFIA

- ANSELMO, Artur. 1997. *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores.
- BRUNETTI, Dimitri, org. 2011. *Gli Archivi Storici delle Case Editrici*. Turim: Centro Studi Piemontesi.
- CAMEIRA, Emanuel. 2018. “A <sup>o</sup> etc de Vitor Silva Tavares: narrativa histórico-sociológica”. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/34078>.
- CESANA, Roberta. 2006. “La memoria bibliografica: storia dell’editoria e archivi editoriali”. *Bibliologia: an international journal of bibliography, library science, history of typography and the book I* (1): 173-196. <https://doi.org/10.1400/53255>.
- CHARTIER, Roger. 1991. “Postface”. In *Histoire de l’Édition Française*. Vol. 4, *Le livre concurrence: 1900-1950*, dir. Roger Chartier & Henri-Jean Martin, 621-641. Paris: Promodis e Fayard.
- COLES, Laura Millar. 1989. *Archival Gold. Managing and preserving publisher’s records*. Vancouver: Canadian Centre for Studies in Publishing.
- DARNTON, Robert. 1983. “What is the history of books?”. In *Books and Society in History*, ed. Kenneth Carpenter, 3-26. Nova Iorque e Londres: R. R. Bowker.
- FINKELSTEIN, David, Sarah Bromage e Alistair McCleery. 2002. “Scottish Archive of Print and Publishing History Records”. *Learned Publishing* 15 (3): 193-197. <https://eresearch.qmu.ac.uk/handle/20.500.12289/210>.
- GARCIA, Madalena. 1997. “A informação arquivística contemporânea: breves considerações”. *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional* 1: 149-155.
- LANE, Michael. 1980. *Books and Publishers: commerce against culture in Postwar Britain*. Lexington e Toronto: Lexington Books.
- LEBLANC, Frédérique. 1998. *Libraire: un métier*. Paris: L’Harmattan.
- MARIANI, Gianni. s.d. [1995]. “L’archivio storico della Fondazione Arnoldo e Alberto Mondadori”. In *Fonti e Studi di Storia dell’Editoria*, dir. Gianfranco Tortorelli, 63-79. S.l. [Bolonha]: Edizioni Baiesi.
- MEDEIROS, Nuno. 2009. “Cavaleiros, mercadores ou centauros? Traços de actividade e sentido de si dos editores”. In *Comunidades de Leitura. Cinco estudos de sociologia da cultura*, AAVV, 23-61. Lisboa: Colibri.
- MEDEIROS, Nuno. 2012. “Notas sobre o mundo social do livro: a construção do editor e da edição”. *Revista Angolana de Sociologia* 9: 33-48. <https://doi.org/10.4000/ras.412>.
- MEDEIROS, Nuno. 2013. “Conservar, conhecer e patrimonializar arquivos editoriais e livreiros. Um caso português: o projecto Romano Torres”. *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição* 3: 219-225.
- MEDEIROS, Nuno. 2015. “A edição de livros como formulação do mundo: ideias e casos”. *Revista Brasileira de História da Mídia* 4 (2): 31-42. <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.4220154157>.

- MEDEIROS, Nuno. 2018. "D'O *Recreio* à Livraria Romano Torres: edição para o grande consumo no Portugal contemporâneo". Tese de doutoramento, Universidade NOVA de Lisboa. <https://doi.org/10.13140/rg.2.2.31776.43528>, <https://run.unl.pt/handle/10362/43954>.
- MEDEIROS, Nuno, e Daniel Melo. 2013. "Os livreiros e o seu património': introdução problematizante". *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* 32: 319-329. <https://doi.org/10.4000/cultura.2107>.
- MELO, Daniel. 2012. "O património da edição contemporânea portuguesa: estado da questão". *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* 30: 173-190. <https://doi.org/10.4000/cultura.1673>.
- MELO, Daniel. 2013. "As editoras portuguesas e o seu património em debate: intróito problematizante às intervenções dos 2.º e 3.º encontros". *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* 31: 321-345. <https://doi.org/10.4000/cultura.1911>.
- MELO, Daniel, org. 2015. *História e Património da Edição – a Romano Torres*. Vila Nova de Famalicão e Lisboa: Húmus/Centro de História d'Aquém e d'Além Mar.
- MENDES, José Amado. 2001-2002. "Arquivos empresariais: história, memória e cultura de empresa". *Revista Portuguesa de História* XXXV: 379-388.
- MILLAR, Laura. 2009. *The Story Behind the Book: preserving authors' and publishers' archives*. Vancouver: Canadian Centre for Studies in Publishing Press.
- MILLER, Laura J. 2006. *Reluctant Capitalists. Bookselling and the culture of consumption*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- MOLLIER, Jean-Yves. 1996. "L'histoire de l'édition, une histoire à vocation globalisante". *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* 43 (2): 329-348. <https://doi.org/10.3406/rhmc.1996.1820>.
- MOLLIER, Jean-Yves. 2016. "Sources and methods in the history of the book, publishing and reading". In *The Cultural Revolution of the Nineteenth Century: theatre, the book-trade and reading in the transatlantic world*, ed. Márcia Abreu e Ana Cláudia Suriani Silva, 27-43. Londres e Nova Iorque: I.B. Tauris.
- OLSCHKI, Alessandro. s.d. [1995]. "Degli archivi editoriali". In *Fonti e Studi di Storia dell'Editoria*, dir. Gianfranco Tortorelli, 119-123. S.l. [Bolonha]: Edizioni Baiesi.
- RAVEN, James. 2007. *The Business of Books: booksellers and the English book trade 1450-1850*. New Haven/Conn.: Yale University Press.
- RODRIGUES, Jaime, Marcia Eckert Miranda e Maria Rita Toledo. 2015. "O acervo da Companhia Editora Nacional: negociação, organização e potencial para pesquisa histórica". *Revista de Fontes* 2 (3): 61-69. <https://doi.org/10.34024/fontes.2015.v2.9379>.
- SORÁ, Gustavo. 2015. "Etnografia de arquivos e sociologia reflexiva: contribuições para a história social da edição no Brasil e na América latina". *Revista de Fontes* 2 (3): 15-28. <https://doi.org/10.34024/fontes.2015.v2.9168>.
- TEBBEL, John. 1987. *Between Covers: the rise and transformation of American book publishing*. Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press.
- THOMPSON, John B. 2010. *Merchants of Culture. The publishing business in the twenty-first century*. Cambridge e Malden, Mass.: Polity Press.
- TORTORELLI, Gianfranco. s.d. [1995]. "La rivalutazione e la riorganizzazione degli archivi editoriali in Italia". In *Fonti e Studi di Storia dell'Editoria*, dir. Gianfranco Tortorelli, 5-16. S.l. [Bolonha]: Edizioni Baiesi.

TORTORELLI, Gianfranco. 1998. “Gli editori e i loro archivi”. In *Gli Archivi degli Editori: studi e prospettive di ricerca*, dir. Gianfranco Tortorelli, 7-19. Bolonha: Pàtron Editore.

## NOTAS

1. Cultura impressa é aqui concebida como metáfora conceptual agregando morfologia variada, que inclui o livro impresso, mas também o digital ou o áudio-livro.

---

## RESUMOS

Este artigo procura ser uma incursão introdutória num dos problemas mais prementes para quem se propõe estudar e conhecer os processos como a cultura impressa se engendra e como, através dos seus itinerários de circulação e apropriação, ela corresponde e correspondeu a uma das fórmulas de enunciação e circunscrição do mundo na modernidade. Esse problema surge como consequência do reconhecimento da relevância dos acervos documentais e materiais de editores e livreiros para o estudo e análise do processo sócio-histórico de construção da cultura impressa. Aborda-se e explora-se o difícil ecossistema social de produção e sobrevivência desses acervos, num contexto nacional e internacional de actividade e de enquadramento institucional desfavorável à constituição, preservação e patrimonialização dessas fontes fundamentais para o conhecimento da cultura impressa.

This article is an introductory perusal of one of the most pressing problems that anyone dealing with the study of the processes generating print culture has to face and of the ways – through its circulation and appropriation itineraries – such print culture corresponds and has corresponded to one of the formulae that have enunciated and configured of the world in modernity. Such problem emerges as a consequence of acknowledging the relevance of publishers and booksellers’ archives and collections to the study of print culture as a socio-historical process. The article explores the difficult social ecosystem framing the production and survival of those collections, inscribed in a national and international context unfavorable to the constitution, preservation and heritagization of such rich sources.

## ÍNDICE

**Keywords:** documentary collections, publishing houses, bookshops, heritagization, Portugal

**Palavras-chave:** acervos documentais, editoras, livrarias, patrimonialização, Portugal

## AUTOR

**NUNO MEDEIROS**

IHC, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal; ESTeSL/H&TRC, Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, Instituto

Politécnico de Lisboa, 1990-096 Lisboa, Portugal. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5350-4294>. *E-mail*: [nuno.medeiros@fcsh.unl.pt](mailto:nuno.medeiros@fcsh.unl.pt).